

INSTITUTO DE SINTRA



ROMANTISMO
IMAGENS DE PORTUGAL
NA EUROPA ROMÂNTICA



SINTRA
1998

UM QUADRO DA SINTRA SETECENTISTA

Ana Rita Soveral Padeira NAVARRO

Poder-se-ia pensar que esta é simplesmente mais uma, entre tantas descrições sobre Sintra, cuja beleza e riqueza histórica sempre entusiasmaram autores nacionais e estrangeiros.

Pensamos, todavia, que as palavras de James Murphy a propósito desta terra portuguesa — como, aliás, toda a sua obra — constituem contributo valioso e original, do ponto de vista histórico, artístico e cultural, para além de revelarem o homem que está por detrás delas, que encarna o espírito de uma época, e cuja formação específica se traduz, inevitavelmente, numa abordagem diferente.

Nascido em 1760, em Blackrock, no condado de Cork, Irlanda, James Murphy — de seu nome completo James Cavanah Murphy — desde cedo mostrou inclinação para as artes e para o desenho, pelo que mais tarde passou a viver em capitais como Dublin e Londres, que lhe permitiram desenvolver, não sem bastantes dificuldades económicas, os seus talentos pessoais. Contudo, parte destes problemas vieram a ser superados com a ajuda de patronos, entre os quais se destacou outro irlandês — Sir William Burton Conyngham — homem que, na verdade, incentivou e financiou a primeira vinda de Murphy a Portugal (1789-90), onde permaneceria aproximadamente dois anos. A segunda estada ocorreria sensivelmente dez anos mais tarde, mas dela não ficou nenhum testemunho escrito, embora existam cartas que comprovem algumas tentativas malogradas de Murphy para obter o patrocínio para uma vasta obra, em que pretendia estudar todas as antiguidades do nosso país; poderia ter-se tornado o primeiro inventário artístico português.

Evidenciou-o, igualmente, em relação aos outros viajantes, o facto de se ter deslocado até nós com o objectivo específico de desempenhar uma missão que lhe havia sido confiada pelo generoso Conyngham e que consistia em fazer um estudo, com desenhos, do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. A permanência do arquitecto ao longo de três meses na companhia dos dominicanos da Batalha deu origem à obra que foi publicada em Londres, no ano de 1795, com o título *Plans, elevations, sections and views of the Church of Batalha*. Trata-se do único trabalho do autor que conheceu uma 2.ª edição, apesar de muito tardia (1836).

O bom acolhimento que teve entre nós, levou-o a percorrer o resto do país, conforme palavras suas em cartas ainda manuscritas, escritas a Conyngham e dando notícia do progresso do seu trabalho. E, assim, surgiram no mesmo ano *Travels in Portugal*. Esta é verdadeiramente a obra de viagem de James Murphy, em que de forma bastante simpática e, fundamentalmente, isenta de preconceitos — afinal tão comuns na época — retrata o nosso povo, os seus costumes e as principais terras portuguesas. Trata-se de um trabalho extraordinariamente rico em informações curiosas, históricas e culturais, e em descrições do património artístico local. Por um lado, temos uma descrição tradicional da viagem bem ao gosto do século XVIII; o autor propõe-se instruir de forma prazenteira. Como António Mega Ferreira muito bem definiu em artigo publicado no «Dossier» do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (Lisboa, 1985, n.º 157) viajar é no século XVIII uma «maneira de conhecer», por oposição à «maneira de ver» que caracterizará a viagem do século seguinte. Assim, poder-se-ia considerar Murphy como o homem já a caminho da visão romântica da viagem; ele não nos dá simplesmente um relato pessoal e isento da sua permanência num país estrangeiro, mas antes uma reprodução viva e com sentimento do tempo que entre nós passou.

No ano de 1798 é editada em Londres a sua terceira obra sobre Portugal, intitulada *A General View of the State of Portugal*; trata-se de um trabalho que vai muito ao encontro do que então eram as geografias descritivas e as histórias naturais, na medida em que Murphy procurou fornecer o máximo de informação a propósito dos mais variados assuntos relacionados com Portugal e com os portugueses, tentando ser o mais objectivo e imparcial possível.

Para além destas obras, deixou-nos ainda vários manuscritos de extraordinário valor pelos desenhos que possuem, como, por exemplo, aquele em que retratou o Mosteiro da Batalha e que apresenta desenhos aguarelados executados pelo seu próprio punho. Entre estes manuscritos conta-se também aquele que contém o diário de parte da viagem de Murphy a Portugal, base, portanto, de *Travels*.

Quanto às versões que as suas obras conheceram, pode acrescentar-se que o relato de viagem foi traduzido para francês em 1797 e para alemão em 1796 (Halle) e em 1800 (Leipzig). O seu estudo sobre a Batalha teve apenas uma parte traduzida e publicada separadamente: trata-se da versão alemã publicada em Darmstadt e Leipzig em 1828, do texto da autoria de Murphy sobre os «Verdadeiros princípios da arquitectura gótica», incluído em *Plans*. Em relação à obra *A General View*, não chegou a ser publicada qualquer tradução: existem apenas alguns trechos que foram vertidos para francês e que se encontram no célebre relato da suposta viagem empreendida pelo duque de Châtelet a Portugal, publicado em Paris, no ano de 1798. Curiosamente, não existe qualquer versão portuguesa das obras deste viajante, a não ser uma tradução integral do que em *Travels in Portugal* escreveu a propósito de Sintra: encontra-se ainda sob forma manuscrita na Biblioteca Nacional de Lisboa. Desconhece-se, infelizmente, o nome do autor da mesma, já

que o manuscrito não está sequer assinado. O título pelo qual é conhecido «Descrição de Cintra e dos seus monumentos, com a tradução da inscrição, sanskrita, que esta na Quinta da Penha Verde, feita pello orientalista Wilkins», bem assim como a atribuição da autoria a «Diogo Murphy», são da responsabilidade de quem indexou o manuscrito, uma vez que a descrição de Sintra na obra de Murphy começa simplesmente com a indicação do nome da terra. Tudo leva a crer tratar-se de uma tradução do século XIX, a avaliar pelo tipo de letra; mantém-se fiel ao original inglês, não só na parte referente a Sintra propriamente dita (descrição do local e dos seus monumentos), como também no que respeita à extensa biografia acerca do célebre vice-rei da Índia, D. João de Castro, elaborada com base, fundamentalmente, na obra de Jacinto Freire de Andrada, *Vida de Dom João de Castro* (Lisboa, 1651). O manuscrito inclui ainda a tradução portuguesa de uma inscrição sânscrita que se encontra no jardim da quinta da Penha Verde.

O facto de tal tradução existir é bem revelador da importância que foi dada às palavras do viajante a propósito deste bonito recanto da terra portuguesa. Se não, porquê divulgá-las aos portugueses na sua própria língua? Esta foi também uma das razões que nos levou a estudar Sintra.

Trata-se, além de tudo, de um local desde sempre preferido pelos apaixonados pela arte, história e beleza natural. Poetas, artistas ou simples viajantes, todos eles manifestaram por Sintra particular agrado, que traduziram com maior ou menor grau de sensibilidade.

Na verdade, foram os românticos aqueles que mais se empenharam em dar a conhecer os aspectos pitorescos e sublimes dos cenários que escolhiam para descrever. Neste sentido, foram eles que, descobrindo Sintra, a deram também a conhecer. Não pretendemos, de forma alguma, incluir neste grupo, entre nomes como o de Byron ou Southey, o de um modesto artista, sem qualquer tipo de pretensão literária ou mesmo talento para escrever, seguindo as suas próprias palavras. Gostaríamos, tão somente, de salientar em James Murphy uma certa sensibilidade e modo de ver a realidade que denotam já a existência de um carácter pré-romântico. Não é tanto a expressão literária que neste caso importa considerar, mas antes uma percepção já bastante individualizada da realidade circundante, que o viajante descreve com emoção e envolvimento. Todos estes factores, juntamente com a descoberta dos valores da Natureza — que em Sintra elogiou particularmente — são já sinais, conforme dissemos, de um pré-romantismo. Foi a propósito do antigo Convento de Nossa Senhora da Penha, ou da Pena, que tanta admiração suscitou em Murphy, que proferiu o seguinte discurso:

«Wherever we turn our eyes, the mind is struck with the awful works of Nature: on one side is the distant ocean, whose evanid surface blends with the blue horizon; beneath, the deep valley strikes one with the appearance of an august cavern: the shattered state of the impending rocks on the declivity of the moutain, torn as it were

asunder, and every where bursting from the soil, threaten at the least shock to tumble down and destroy the village» (*Travels*, p. 244).

A fúria dos elementos da Natureza, a força dos contrastes e a beleza sublime da paisagem remetem-nos, uma vez mais, para o homem a caminho da visão romântica da viagem. A Natureza revela o estado de espírito do viajante, que ao mesmo tempo com ela se identifica.

No entanto, trata-se ainda nesta época de uma sensibilidade a que Lilian R. Furst chamou convencional e que nos remete para uma «Age of Sentiment» encarnada pelo próprio século XVIII (cf. *Romanticism in Perspective*, Londres, 1972, p. 221), por oposição ao sentimento romântico do século seguinte, mais pessoal, baseado na experiência vivida e que vai revelar-se na confissão autobiográfica (cf. *Idem, ibidem*, p. 218).

Podemos, assim, classificar Murphy como o viajante que se situa entre os séculos XVIII e XIX: aliado à descrição tradicional daquilo que o rodeia, evidencia-se, por outro lado, o indivíduo com sentimentos e estados de espírito particulares.

Mas, voltando a Sintra, as observações de Murphy começam precisamente com a tentativa de estabelecer a etimologia da palavra. Em relação aos diversos nomes dados ao Cabo da Roca, refere, muito acertadamente e de acordo com fontes portuguesas, o de «Promontório da Lua», conforme lhe chamavam os antigos geógrafos, devido a um templo que existia na praia dedicado ao sol e à lua; o de «Olissiponense», ou ainda, segundo Estrabão, o de «Hierna». É importante salientar que as informações que dá são, sempre que possível, complementadas com observações históricas, o que traduz, sem dúvida, a preocupação do viajante em ser o mais completo e correcto possível. Assim, por exemplo, quando descreve o Palácio da Vila refere um episódio ocorrido com D. Afonso IV, cuja paixão pela caça quase prejudicou as suas funções de monarca.

Mereceu a Murphy uma apreciação algo demorada o mosteiro que designa como sendo da ordem de São Jerónimo, à volta do qual o rei D. Fernando construiria em 1841 o actual Palácio da Pena. Teve o convento origem numa ermida aí existente, dedicada a Nossa Senhora e venerada com o título de Nossa Senhora da Pena; foi edificado por D. Manuel, primeiro em madeira (1503) e depois em cantaria e abóbada (1511), com capacidade para 18 monges (cf. Visconde de Juromenha, *Cintra Pinturesca*, Lisboa, 1838, p. 137), apesar de Murphy referir o número de 30. No entanto, um incêndio que aí deflagrou em 1743 e, posteriormente, o terramoto de 1755, causaram enormes danos ao edifício, votando-o praticamente ao abandono.

Por isso, em 1789, quando o viajante por lá passou, encontrou apenas quatro frades a habitá-lo, facto que aliás é referido na nova edição de *Cintra Pinturesca* (cf. António A. R. da Cunha, *op. cit.*, Lisboa, 1905, p. 140). Murphy menciona a existência de um sacrário em alabastro no interior da igreja que atribui a um italiano de extremo mau gosto. Na verdade, a capela é toda em alabastro e foi executada

por um célebre artífice da época Nicolau Chanterene, também conhecido por «Nicolau Francez», apesar de haver quem o julgue italiano. O referido sacrário, que é a jóia da capela, é composto por uma pedra inteira do mesmo alabastro e foi mandado vir de Itália por D. João III em acção de graças pelo feliz parto de D. Catarina. Em relação ao tipo de arquitectura do convento, Murphy classificou-a de um «misto de gótico normando e árabe», subentendendo-se nesta expressão uma alusão ao estilo manuelino. O termo não foi usado pelo arquitecto por ainda não existir, sendo só mais tarde introduzido por Varnhagan.

Privilegiando, naturalmente, os aspectos artísticos dos locais que visitou, Murphy chamou a atenção para as ruínas do Castelo dos Mouros, que designa por «remains of some ancient walls» (cf. *Travels*, p. 245). Contudo, parece não estar muito certo quanto à sua origem, se datam do tempo dos romanos ou dos mouros, apesar de se inclinar mais para a última hipótese. É curioso, no entanto, que refira, logo de seguida, a existência de uma antiga ermida que supõe, acertadamente, ter sido uma antiga Mesquita. Na verdade, Castro e Sousa em *Investigação ao Castello situado na serra de Cintra* (Lisboa, 1843, p. 11) acrescenta que logo que D. Afonso Henriques tomou o castelo «tratou de [a] mandar purificar e converter em casa de oração, que dedicou ao apóstolo S. Pedro de Canaferrim». Foi, contudo, uma fonte ou depósito de água, a que Murphy chamou Banhos dos Mouros, que mais chamou a sua atenção. Reproduziu-o, aliás, numa gravura que ilustra *Travels*, a única relativa a esta vila, e que intitulou, «Vue of an ancient bath at Sintra». O referido depósito é também conhecido por Cisterna dos Mouros.

No tempo do arquitecto era coberto por uma abóbada com três arcos, e a sua água, embora nunca fosse limpa, estava sempre transparente; o nível mantinha-se invariavelmente o mesmo, quer fosse de verão ou de inverno. Era, na verdade, «um dos melhores pedaços de antiguidade que ha», diz-nos Francisco de Almeida Jordão em *Relação do castello e serra de Cintra* (Lisboa, 1748, p. 10). Ferdinand Denis na sua obra sobre Portugal (*Portugal*, Paris, 1846, p. 388) reproduziu o desenho de Murphy e acrescentou que o seu único mérito foi ter colocado a questão de saber se aquelas ruínas não teriam origem romana. O mesmo autor disse ainda que não é preciso saber muito de arqueologia para reconhecer naqueles banhos traços próprios da arquitectura romana (cf. *Portugal*, p. 387). Bem mais interessante foi a crítica de Camilo Castelo Branco nas anotações que fez à obra de Lady Jackson e que traduziu com o título *A Formosa Lusitânia* (Porto, 1877). Diz--nos então que «A auctora, suppondo, á imitação de Murphy e outros, que a Cisterna haja sido um grande banho mourisco abobadado, escreveu 'vaulted Moorish bath'. Peço venia para não acceitar a applicação que estrangeiros e nacionaes lhe deram. As cisternas em castellos não eram casas de banho: eram depositos de agua potavel (...) Os agarenos eram uma raça tão suja que derrubaram as luxuosas thermas romanas que encontraram na Peninsula» (*Idem, ibidem*, p. 209). A designação dada por Murphy tornou-se, pelos vistos, popular, pois ainda no sé-

culo XX, Mrs. Inchbold, na obra *Lisbon and Cintra* (Londres, 1907, p. 171), se refere à Cisterna designando-a por Banhos dos Mouros. Desconhecemos, contudo, se tem qualquer fundamento a tradição referida por Murphy de que debaixo da mesma se encontra enterrado um rei mouro com inúmeros tesouros, guardados por espíritos malignos. O próprio viajante parece algo céptico acerca do facto que relata.

Passando em seguida ao Palácio da Vila, afirma ter sido, em tempos, a residência de verão da família real. Na altura em que o visitou, encontrou-o deserto, acrescentando que desde a morte do infeliz Afonso VI, tem sido pouco frequentado. A sorte do monarca comoveu Murphy, que refere ainda o facto de o quarto em que estivera prisioneiro, apresentar o chão gasto pelos seus passos desesperados.

A propósito da arquitectura do palácio, que tanta polémica suscitou — uns sustentam que o núcleo primitivo data do tempo de D. João I, outros, que já vem da época de D. Dinis em que era conhecido por Paços da Rainha; outros ainda, que é simplesmente de origem árabe — o arquitecto inclinou-se mais para a última hipótese, baseando-se no tipo de decoração existente nas portas e janelas. Na nova edição de *Cintra Pinturesca* (p. 53) é, de facto, confirmado que «certa disposição interior do Paço juntamente com a architectura arabe pronunciada das janelas, o nome de Meca, que ainda conserva um terreiro, além de outros motivos (...) confirmam que, antes de El-Rei D. João I levantar estes paços, já alli existiam algumas obras do tempo dos mouros».

Ao mencionar o palácio dos Marialvas, que pensamos não ter chegado a frequentar (pelo menos o seu texto é omissivo a esse respeito, para além de nem sequer descrever o edifício), Murphy confirmou, apenas, a ideia de se tratar de um local onde se celebravam muitas festas da sociedade portuguesa de então, às quais a própria família real comparecia.

Em relação à pedra de Alvidrar, impressionou Murphy o costume da gente local subir e descer aquele precipício só para distração dos que o visitavam, arriscando assim as próprias vidas. Ao que parece, esta história tem algum fundamento, pois Almeida Jordão em *Relação do castello e serra de Cintra* (p. 40) diz haver «homens tão barbaros que descem e sobem por ella descalços, que parece impossivel, por um pequeno premio; e quando os passageiros se encaminham para aquelle logar, é a primeira cousa, com que os convidam». A este propósito, o viajante não conseguiu disfarçar uma crítica às superstições e misticismo do nosso povo, que, quando se trata de realizar proezas como esta, nada teme, «though they dare not venture by night to a place reputed for the haunt or goblins» (*Travels*, p. 254).

Após a visita ao vale de Colares, «one of the richest and best cultivated spots in the kingdom» (*Travels*, p. 255), Murphy dirigiu-se a um ponto de paragem quase obrigatório para a maioria dos viajantes, nomeadamente, o Convento da Cortiça.

O Convento dos Capuchos, ou de Santa Cruz — assim chamado por ter sido

fundado em honra de Santa Cruz, em 1560, por D. Álvaro de Castro a pedido de seu pai — era habitado em 1789 por vinte franciscanos eremitas que aí viviam muito modestamente e em penitência. As suas celas eram tão estreitas que mais pareceram a Murphy túmulos; pior do que estas só a cova, com quatro pés de diâmetro, onde o Beato Honório — um membro da comunidade — resolveu viver em penitência durante dezasseis anos. A ele se referiu também Byron em *Child Harold* (Canto I, XX, *apud*, *Cintra*, «*An English Landscape Garden in Portugal*», Londres, 1887, p. 12): «Deep in you cave Honorius long did dwell. In hope to merit Heaven by making earth a hell».

E, finalmente, a última etapa da viagem de Murphy em Sintra, compreendeu uma paragem, algo demorada, na quinta da Penha Verde, habitada em 1789 por descendentes de D. João de Castro. Agradou-lhe particularmente a sua situação e os inúmeros altares e ermidas espalhados pelo jardim e que o viajante sabia terem sido regularmente visitados por esta piedosa figura, que aqui levou vida de recolhimento e de estudo. No local, mandou o vice-rei erguer a ermida de Nossa Senhora do Monte para sua sepultura. Por isso, é costume ouvir-se dizer que ali se encontra o seu coração. Murphy, contudo, afirma que ele está num convento em dominicanos em Benfica. É nas proximidades desta pequena capela que se encontram duas estelas com inscrições orientais, trazidas da Índia pelo próprio vice-rei. O viajante foi, no entanto, informado de que teriam sido trazidas juntamente com outras antiguidades pelo duque de Bragança, que pessoalmente as entregara ao filho de D. João de Castro. Todavia, o mais importante foi o valor histórico que Murphy lhes reconheceu, ao publicar em *Travels* a transcrição que pessoalmente fez de uma delas, acompanhada da respectiva tradução da autoria do célebre orientalista Charles Wilkins. O visconde de Juromenha (*op. cit.*, p. 61), Mrs. Inchbold (*op. cit.*, p. 153) e também João Afonso Côrte Real em *Estelas Indianas em Sintra* (Lisboa, 1942, p. 6), entre outros, reconheceram este esforço do viajante, apesar de verem certas falhas na transcrição que fez, facto, aliás pelo qual Murphy se desculpa, alegando tratar-se de um trabalho bastante difícil, que o estado de conservação das estelas também não facilitou. Embora, até à data, várias tentativas tivessem sido feitas no sentido de copiar parte de inscrição, o viajante sabia que era o primeiro a fazê-lo de forma completa, no ano de 1789.

Estas foram as principais observações de Murphy a respeito de Sintra e do seu património histórico e artístico. Em relação ao resto do país, poderíamos acrescentar que procedeu de forma análoga. Como homem da época que foi, não restam dúvidas de que soube imprimir à sua obra um cunho próprio — o de esteta, do viajante e do simples curioso — tornando-a distinta de tantos outros relatos de viagem contemporâneos.